



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680926 - SP (2021/0223522-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ANTHONY DE OLIVEIRA BRAGA
ADVOGADO : ANTHONY DE OLIVEIRA BRAGA - SP452594
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IGOR PRADO DE OLIVEIRA (PRESO)
CORRÉU : JOCIMAR EUFRASIO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IGOR PRADO DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2142266-44.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante, em 19/5/2021, pela suposta prática de furto qualificado e corrupção de menor, crimes previstos no art. 155, § 4º, incisos I, II e IV, do Código Penal, e no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Impetrado prévio *writ* na origem, a liminar foi indeferida.

O impetrante sustenta que a Corte de origem não analisou devidamente a questão.

Assevera que a conduta supostamente praticada seria atípica, pois o objeto material do crime de furto teria sido avaliado em R\$ 40,00 (quarenta reais), tratando-se de uma barra de ferro que estaria depositada em um estabelecimento comercial desativado.

Diante disso, entende que seria caso de aplicação do princípio da insignificância, afirmando que o paciente preencheria os requisitos para tanto.

Afirma que a decisão que converteu o flagrante em preventiva não estaria devidamente fundamentada, porquanto não teria analisado a situação do flagrante do paciente, tampouco suas condições pessoais.

Requer, liminarmente, a concessão de liberdade provisória ao paciente, com ou sem aplicação de medidas cautelares diversas, ou a substituição pela prisão domiciliar.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja reconhecida a

atipicidade da conduta, com o consequente trancamento da ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente